



**DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO DO ATO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022.  
PROCESSO SIPE Nº: 29335/2022.**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE ATENDIMENTOS POR CÂMERAS CORPORAIS, BEM COMO DE SISTEMA DE DESPACHO E ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS.

O Secretário Municipal de Governo, tendo em vista sua competência sobre os atos administrativos da licitação em análise, bem como as prerrogativas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e;

**CONSIDERANDO** a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios sob sua tutela;

**CONSIDERANDO** a prerrogativa de autotutela da Administração Pública para rever seus próprios atos objetivando alcançar aspectos de legalidade e verificar a obediência aos pressupostos de validade dos atos que pratica;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública pode revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, com fulcro no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Súmula nº 473 do STF;

**CONSIDERANDO** a perda de objeto na prestação dos serviços, conforme disposto no Despacho nº 3/2025, expedido pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, e com anuência do novo Secretário de Segurança Pública, diante da ocorrência de fatos supervenientes, razão pela qual a Administração perdeu o interesse no prosseguimento deste processo licitatório;

**CONSIDERANDO** que a Secretaria Municipal de Segurança Pública, em conformidade com as diretrizes e projetos estabelecidos pelo atual governo, optou por adotar o sistema de despacho de ocorrências disponibilizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Esse sistema atende de maneira integral às demandas operacionais da Secretaria, sem implicar em custos adicionais para o Município.

Dessa forma, após reavaliação estratégica, informamos que a aquisição de câmeras corporais deixou de ser uma prioridade, não mais atendendo ao interesse público no contexto atual. Essas decisões estão em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade (art. 37, caput, da CF), evitando, assim, gastos desnecessários aos cofres públicos. Assim sendo, o processo licitatório em questão não mais se justifica, restando sua necessidade e conveniência prejudicadas.

Desse modo, a Administração Pública ao constatar a inconveniência e a inoportunidade poderá rever o seu ato e consequentemente revogar o processo licitatório, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa, razão pela qual **DECIDE**,

**REVOGAR**, o processo licitatório supra citado, pelos fundamentos de fato e de direito acima exposto, somado ao fato de que a Administração Pública atua em prol do interesse público, primando pela observância aos princípios que norteiam o processo licitatório e pelo qual se fundamenta o presente



pedido de revogação de licitação, na forma do art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Súmula nº 473 do STF, em razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

Dê-se ciência às demais licitantes, notificando-as formalmente acerca da revogação do presente processo licitatório, em conformidade com o disposto nesta decisão. Desta feita, fica resguardado o direito de ampla informação e transparência, conforme os princípios que regem a Administração Pública.

Itajaí-SC, 13 de janeiro de 2025.

  
SERGIO MURILO PEREIRA  
Secretário de Governo